

**NOTA DO AUTOR À 8ª EDIÇÃO, 17**

**I – AS FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE TRABALHO**

1. Introdução, 19
2. Formas de solução dos conflitos trabalhistas, 20
  - 2.1 A autotutela, 20
  - 2.2 A autocomposição, 22
    - 2.2.1 Acordos e convenções coletivas de trabalho, 23
    - 2.2.2 A transação, 23
      - 2.2.2.1 As comissões de conciliação prévia
        - a) Considerações iniciais, 24
        - b) A constitucionalidade da Lei 9.958, de 2000, 24
        - c) A eficácia da conciliação perante as comissões, 26
        - d) A composição das comissões, 26
      - 2.3 A heterocomposição, 27
        - 2.3.1 A arbitragem, 27
        - 2.3.2 O processo, 30
          - 2.3.2.1 Características da jurisdição, 30
          - 2.3.2.2 Princípios fundamentais da jurisdição, 31
            - a) Princípio da investidura do juiz, 31
            - b) Princípio da aderência ao território, 31
            - c) Princípio da indelegabilidade, 32
            - d) Princípio da inevitabilidade, 32
            - e) Princípio da indeclinabilidade ou da inafastabilidade, 32
            - f) Princípio do juízo natural, 33
          - 2.3.2.3 A jurisdição voluntária, 33

**II – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

1. Conceito de fonte do Direito, 35
2. Classificação das fontes (formais) do Direito, 36
  - 2.1 A lei como fonte do direito processual do trabalho, 37
  - 2.2 O negócio jurídico como fonte do direito processual do trabalho, 37
  - 2.3 Os costumes e a jurisprudência como fontes do direito processual do trabalho, 38
  - 2.4 Aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil/2015,

**III – EFICÁCIA DA NORMA PROCESSUAL TRABALHISTA**

1. A norma processual trabalhista no tempo, 40
2. A norma processual trabalhista no espaço, 41

**IV – A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL TRABALHISTA**

1. Conceito de interpretação, 43
2. Formas de interpretação, 43
  - 2.1 Métodos tradicionais de interpretação, 44
  - 2.2 Método teleológico, 44
  - 2.3 Efeitos do ato interpretativo, 44

3. Interpretação e integração, 45

#### **V – PRINCÍPIOS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

1. Considerações iniciais, 46
2. Princípio da imparcialidade do juiz, 46
3. Princípio da igualdade, 47
4. Princípio do contraditório, 48
5. Princípio da ação, 48
6. Princípio do impulso oficial, 48
7. Princípio da persuasão racional do juiz, 49
8. Princípio da publicidade, 49
9. Princípio da lealdade processual, 49
10. Princípio da economia processual, 50
11. Princípio da instrumentalidade das formas, 50
12. Princípio do duplo grau de jurisdição, 52
13. Princípio da concentração, 52
14. Princípio da oralidade, 53
15. Princípio da identidade física do juiz, 53

#### **VI – A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Considerações iniciais, 55
2. Tribunal Superior do Trabalho, 56
3. Tribunais Regionais do Trabalho, 58
4. Varas do Trabalho, 60

#### **VII – O MAGISTRADO DO TRABALHO**

1. Considerações iniciais, 62
2. Poderes do magistrado, 64
3. Independência e garantias do magistrado, 66
4. Impedimentos e suspeição do magistrado, 67

#### **VIII – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

1. Considerações iniciais, 70
2. Funções do Ministério Público, 71
3. Estrutura do Ministério Público, 73
4. Garantias dos membros do Ministério Público, 74
5. Impedimentos e suspeição dos membros do Ministério Público, 75
6. Atribuições do Ministério Público do Trabalho, 75
7. Jurisprudência, 77

#### **IX – A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Conceito de competência, 78
2. Critérios determinativos da competência, 79
  - 2.1 A competência objetiva da Justiça do Trabalho
    - 2.1.1 Em razão da matéria (*ratione materiae*), 79
    - 2.1.2 Em razão da pessoa (*ratione personae*), 82
    - 2.1.3 Em razão do valor, 84
  - 2.2 Competência funcional, 85

- 2.2.1 Competência funcional por graus de jurisdição, 85
- 2.2.2 Competência funcional por fase do processo, 86
- 2.2.3 Competência funcional por objeto do juízo, 87
- 2.3 Competência territorial (“ratione loci”), 87
- 3. Competência absoluta e competência relativa, 89

## **X – A AÇÃO TRABALHISTA**

- 1. Conceito de ação, 91
- 2. Natureza jurídica da ação, 91
- 3. Condições da ação, 92
  - 3.1 Legitimidade das partes, 92
  - 3.2 Interesse processual, 93
- 4. Carência de ação, 94
  - 4.1 Jurisprudência, 94
- 5. Elementos da ação
  - 5.1 Notas introdutórias, 95
  - 5.2 Partes, 95
  - 5.3 Causa de pedir (“causa petendi”), 96
  - 5.4 Pedido (“petitum”), 97
- 6. Inépcia da petição inicial, 98
  - 6.1 Jurisprudência, 98
- 7. Classificação das ações, 99
  - 7.1 Ações individuais, 99
  - 7.2 Ações coletivas, 100

## **XI – O PROCESSO TRABALHISTA**

- 1. Conceito de processo, 102
- 2. Natureza jurídica do processo, 103
- 3. Pressupostos processuais, 103
  - 3.1 Pressupostos processuais objetivos, 103
    - 3.1.1 Petição inicial, 103
    - 3.1.2 Citação, 105
    - 3.1.3 Ausência de litispendência e coisa julgada, 106
    - 3.1.4 Ausência de convenção de arbitragem, 108
    - 3.1.5 Ausência de perempção, 108
    - 3.1.6 Ausência de acordo na comissão de conciliação prévia, 109
  - 3.2 Pressupostos processuais subjetivos, 109
    - 3.2.1 Jurisprudência, 111
- 4. Classificação dos processos, 111
- 5. Diferença entre processo e procedimento, 112
- 6. O processo judicial eletrônico (PJ-e),

## **XII – AS PARTES E PROCURADORES**

- 1. Conceito de parte, 113
- 2. Capacidade processual, 115
- 3. Conceito de parte legítima, 119
- 4. Os deveres das partes e procuradores, 119
- 5. Sucessão das partes e procuradores, 121

- 6. A substituição processual, 123
- 7. A intervenção de terceiros
- 7.1 Considerações iniciais, 125
- 7.2 A assistência, 125
- 7.2.1 A assistência simples, 126
- 7.2.2 A assistência qualificada, 127
- 7.2.3 A assistência no processo do trabalho, 128
- 7.3 Oposição, 129
- 7.4 Nomeação à autoria, 130
- 7.5 Denúncia da lide, 130
- 7.6 Chamamento ao processo, 131
- 7.7 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica,
- 7.8 “Amicus curiae”,

### **XIII – OS ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS**

- 1. Conceito de ato processual, 132
- 2. Sujeitos dos atos processuais, 132
- 2.1 Atos processuais das partes, 133
- 2.2 Atos processuais do juiz, 135
- 2.3 Atos processuais dos auxiliares da Justiça, 136
- 3. Forma dos atos processuais, 137
- 4. Termos processuais, 138
- 5. Prazos processuais, 138

### **XIV – A AUDIÊNCIA TRABALHISTA**

- 1. Considerações iniciais, 140
- 2. Presença do trabalhador, 140
- 3. Presença do empregador, 142
- 4. Proposta de conciliação, 143
- 5. Jurisprudência, 143

### **XV – A DEFESA NO PROCESSO DO TRABALHO**

- 1. Considerações iniciais, 146
- 2. Classificação das exceções
- 2.1 Quanto à natureza das questões, 147
- 2.2 Quanto aos efeitos, 147
- 2.3 Quanto ao conhecimento pelo juiz, 147
- 3. A contestação no processo trabalhista, 148
- 3.1 A compensação, 150
- 3.2 A retenção, 151
- 3.3 A reconvenção, 152
- 4. Jurisprudência, 154

### **XVI – AS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO**

- 1. Conceito de prova, 155
- 2. Objeto da prova, 156
- 2.1 Fatos notórios, 156
- 2.2 Fatos confessados, 157

- 2.3 Fatos incontroversos, 157
- 2.4 Fatos que a lei presume existentes ou verdadeiros, 158
- 3. A prova do direito, 159
- 4. Princípios norteadores da prova, 160
  - 4.1 Necessidade da prova, 160
  - 4.2 Unidade da prova, 160
  - 4.3 Lealdade ou probidade da prova, 160
  - 4.4 Contradição, 161
  - 4.5 Igualdade de oportunidades, 161
  - 4.6 Legalidade, 161
  - 4.7 Imediação, 162
  - 4.8 Obrigatoriedade da prova, 162
- 5. Sistemas de valoração da prova, 162
- 6. O ônus da prova, 164
- 7. Meios de prova, 167
  - 7.1 Interrogatórios das partes, 167
  - 7.2 A prova documental, 169
  - 7.3 A prova testemunhal, 172
  - 7.4 A prova pericial, 175
  - 7.5 A inspeção judicial, 177

#### **XVII – A SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO**

- 1. Considerações iniciais, 179
- 2. Requisitos essenciais da sentença, 180
  - 2.1 Jurisprudência, 182
- 3. Classificação das sentenças quanto aos efeitos, 183
  - 3.1 Sentenças declaratórias, 183
  - 3.2 Sentenças constitutivas, 184
  - 3.3 Sentenças condenatórias, 184
- 4. Limites objetivos da sentença, 185
  - 4.1 Jurisprudência, 186
- 5. A tutela provisória,
  - 5.1 Cabimento no processo do trabalho, 186
  - 5.2 Requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência, 187
  - 5.3 Momento para requerimento e concessão da tutela antecipada, 189
  - 5.4 Tutelas antecipadas específicas do Processo do Trabalho, 189

#### **XVIII – O PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO, 191**

Jurisprudência, 194

#### **XIX – O SISTEMA RECURSAL TRABALHISTA**

- 1. Conceito de recurso, 195
- 2. Os princípios do sistema de recursos trabalhistas, 197
  - 2.1 Concentração, 197
  - 2.2 Manutenção dos efeitos da sentença, 198
    - 2.2.1 Jurisprudência, 198
  - 2.3 Unirrecorribilidade, 199
  - 2.4 Variabilidade, 200

- 2.5 Fungibilidade, 200
- 2.5.1 Jurisprudência, 202
- 2.6 Intertemporalidade, 203
- 2.7 Duplo grau de jurisdição, 203
- 2.8 “Non reformatio in pejus”, 205
- 3. Pressupostos de admissibilidade dos recursos, 206
- 3.1 Pressupostos recursais subjetivos, 206
- 3.1.1 Legitimação, 207
- 3.1.2 Capacidade, 208
- 3.1.3 Interesse, 208
- 3.2 Pressupostos recursais objetivos
- 3.2.1 Recorribilidade do ato, 208
- 3.2.2 Adequação, 209
- 3.2.3 Tempestividade, 209
- 3.2.4 Preparo, 210
- 3.2.5 Sucumbência, 212
- 3.2.6 Fundamentação, 213
- 3.2.7 Regularidade procedimental, 213
- 4. Juízo de admissibilidade dos recursos, 214
- 5. As modalidades de recursos trabalhistas, 215
- 5.1 Recurso ordinário, 215
- 5.1.1 Recurso ordinário ex officio, 216
- 5.2 Recurso de revista, 217
- 5.3 Recurso de embargos, 220
- 5.4 Agravo de instrumento, 222
- 5.5 Agravo de petição, 223
- 5.6 Recursos previstos na legislação processual civil e aplicáveis ao processo do trabalho, 224
- 5.6.1 Recurso extraordinário, 224
- 5.6.2 Recurso adesivo, 225
- 5.7 Embargos de declaração, 226
- 6. Considerações finais, 227

## **XX – A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA**

- 1. Conceito e natureza jurídica, 229
- 2. Modalidades de liquidação de sentença, 231
- 2.1 Liquidação por cálculos, 231
- 2.2 Liquidação por artigos, 232
- 2.3 Liquidação por arbitramento, 233
- 2.4 Liquidação mista, 234
- 3. A sentença de liquidação, 234

## **XXI – A EXECUÇÃO TRABALHISTA**

- 1. Conceito e natureza jurídica da execução, 236
- 2. Modalidades de execução, 238
- 3. Fontes formais do processo de execução trabalhista, 240
- 4. Competência para a execução, 240
- 5. Princípios informativos da execução, 241

- 5.1 Igualdade, 241
- 5.2 Natureza real, 241
- 5.3 Limitação expropriativa, 241
- 5.4 Utilidade para o credor, 241
- 5.5 Não prejudicialidade do devedor, 241
- 5.6 Especificidade, 242
- 5.7 Responsabilidade pelas despesas processuais, 242
- 5.8 Não aviltamento do devedor, 243
- 5.9 Livre disponibilidade do processo pelo credor, 243
- 6. Legitimidade de partes na execução trabalhista
  - 6.1 Legitimidade ativa, 243
  - 6.2 Legitimidade passiva, 245
    - 6.2.1 A responsabilização dos sócios, 246
- 7. A execução por quantia certa contra devedor solvente
  - 7.1 Citação, 248
  - 7.2 Penhora, 250
    - 7.2.1 Bens penhoráveis e bens impenhoráveis, 252
  - 7.3 Avaliação dos bens penhorados, 255
  - 7.4 Fraude de execução e fraude contra credores, 255
- 8. Embargos à execução, 258
- 9. Invalidação da arrematação e da adjudicação, 261
- 10. Embargos de terceiro
  - 10.1 Conceito e natureza jurídica, 262
  - 10.2 Legitimação ativa, 262
  - 10.3 Prazo, 263
  - 10.4 Competência, 263
  - 10.5 A petição inicial dos embargos de terceiro, 263
- 11. Exceção de pré-executividade, 264
- 12. Execução contra a Fazenda Pública
  - 12.1 Execução por quantia certa, 265
  - 12.2 Embargos à execução ou impugnação à execução opostos pela Fazenda Pública, 266
  - 12.3 A expedição do precatório, 270
  - 12.4 O cumprimento do precatório, 272
  - 12.5 Execução de obrigações de pequeno valor contra a Fazenda Pública, 275
- 13. A execução das contribuições previdenciárias
  - 13.1 Breve histórico das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, 276
  - 13.2 As contribuições previdenciárias e a Lei 10.035/2000, 277
  - 13.3 Contribuições previdenciárias e sentença trabalhista, 278
  - 13.4 Contribuições previdenciárias e acordo judicial, 279
- 14. Execução das multas administrativas, 281
- 15. Suspensão e extinção da execução, 283

## **XXII – INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE**

- 1. Antecedentes históricos, 285
- 2. Natureza jurídica, 286
- 3. Procedimento, 287
- 4. Provas, 288
- 5. Pagamento de custas, 288

6. Julgamento do inquérito, 288

### **XXIII – A AÇÃO RESCISÓRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Natureza jurídica, 290
2. Cabimento no processo do trabalho, 29
- 2.1 Admissibilidade que decorre de dolo ou fraude à lei, 291
- 2.2 Admissibilidade decorrente das questões de direito, 291
- 2.3 Admissibilidade decorrente da figura do juiz, 292
  - 2.3.1 Prevaricação, 292
  - 2.3.2 Concussão, 292
  - 2.3.3 Corrupção, 293
  - 2.3.4 Impedimentos do juiz, 293
  - 2.3.5 Incompetência absoluta do juiz, 294
- 2.4 Admissibilidade decorrente das questões de fato, 294
3. Cumulação do juízo rescindente com o juízo rescisório, 295
4. Prazo para ajuizamento da ação rescisória, 295
5. Efeitos da propositura da ação rescisória, 296

### **XXIV – O MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Origem e evolução histórica, 297
2. Natureza jurídica, 298
3. Cabimento na Justiça do Trabalho e competência funcional, 299
4. Petição inicial, 303
5. Possibilidade de concessão de liminar, 303
6. O problema das informações da autoridade coatora, 304
7. Recurso cabível, 305
8. Mandado de segurança coletivo na Justiça do Trabalho, 305
9. Prazo para impetração, 308

### **XXV – O “HABEAS CORPUS” NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Origem e evolução histórica no Brasil, 309
2. Natureza jurídica, 310
3. O “habeas corpus” contra atos de juízes do trabalho, 311
  - 3.1 Prisão de testemunha, 313
  - 3.2 Prisão por desacato a autoridade, 314
  - 3.3 Prisão do depositário infiel, 315
4. A questão da competência, 316

### **XXVI – A AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Conceito e natureza jurídica, 318
2. Cabimento na Justiça do Trabalho, 318
3. Contestação, 319

### **XXVII – A AÇÃO MONITÓRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Antecedentes históricos, 321
2. A ação monitória: objeto e natureza jurídica, 322
3. Cabimento da ação monitória na Justiça do Trabalho, 324
4. Fases do procedimento monitório

- 4.1 Fase monitória, 325
- 4.1.1 Competência funcional, 327
- 4.1.2 Natureza jurídica da decisão que determina a expedição do mandado monitório, 327
- 4.2 Fase executória, 327
- 5. A ação monitória e as contribuições previdenciárias, 329
- 6. Jurisprudência, 329

**BIBLIOGRAFIA, 331**